

# **CLIPPING IMPRESSO**

**21/07/2022**



# INDICE

---

1. FOLHA DE SÃO PAULO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 5
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. ESMAM.....	6
2.2. PRESIDÊNCIA.....	7
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. PRECATÓRIOS.....	8
3.2. SEGURANÇA.....	9 - 10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DECISÕES.....	11 - 14
4.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	15

# PF apreende R\$ 1,3 mi em dinheiro em ação que investiga desvios de verba na Codevasf

## Operação atinge contratos de vice-líder em licitações no governo Bolsonaro; investigadores suspeitam que esquema tem origem dentro de estatal

**Fabio Serapião, Mateus Vargas e Flávio Ferreira**

BRASÍLIA E SÃO PAULO A Polícia Federal cumpriu nesta quarta (20) 16 mandados de busca e um de prisão em uma investigação que mira fraudes em licitações e desvios de verbas federais na estatal Codevasf. A ação foi realizada em diferentes cidades do Maranhão.

Policiais federais apreenderam cerca de R\$ 1,3 milhão em dinheiro, além de itens de luxo, como relógios importados.

Turbinada por bilhões de reais em emendas parlamentares, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) é uma estatal federal entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao controle do centrão em troca de apoio.

Um dos alvos da apuração é a Construservice. A empresa é vice-líder em licitações na Codevasf e se valeu de laranjas para participar de concorrências na gestão de Bolsonaro.

Desde 2019, o governo já reservou à empreiteira ao menos R\$ 140 milhões, tendo já desembolsado R\$ 10 milhões.

Os investigadores suspeitam que o esquema tem origem dentro da Codevasf.

Na apuração, eles destacam revelação da Folha de que o empresário Eduardo José Barros Costa, sócio oculto da Construservice, representou a empresa em reunião com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira, na sede da estatal, em 16 de dezembro de 2020.

Costa, preso na operação da PF desta quarta, também é conhecido como Eduardo

Imperador ou Eduardo DP.

A Codevasf não confirma os participantes do encontro, mas integrantes da estatal dizem que o empresário representou a empreiteira.

A PF avalia que Costa tinha fácil acesso à cúpula da estatal. Também suspeita que as licitações eram feitas apenas para formalizar o direcionamento da verba à empreiteira. Isso porque, na leitura dos investigadores, empresas de fachada e ligadas a Costa disputaram algumas das obras entregues para a Construservice.

Os agentes da PF levantaram indícios de que o grupo tinha seis empresas de fachada e seis laranjas. Suspeitam também que pelo menos um servidor da Codevasf participou do esquema criminoso.

A polícia detectou ligações entre as supostas empresas de fachada, como nomes que apareceram em mais de um quadro societário.



Relógios de luxo apreendidos pela PF em operação nesta quarta Divulgação PF

A defesa do empresário afirma que a prisão dele é ilegal e desnecessária. Segundo os advogados, “tudo o que há nos autos do inquérito policial em curso é fruto apenas do início da investigação e da visão unilateral da Polícia e do Ministério Público sobre os fatos” e que Costa “nunca sequer foi notificado para falar, apresentar documentos e/ou quaisquer outras manifestações”.

“A partir de agora, [Costa] colabora com a investigação —que corre em segredo de Justiça— esperando ter a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos, com os quais demonstrará sua inocência”, completa a defesa.

Em nota, a Codevasf diz que os convênios que motivaram a ação da PF não são de responsabilidade da estatal. “Em qualquer caso, no contexto da execução de convênios, compete às prefeituras municipais realizar os procedimentos licitatórios e as contratações necessárias ao emprego adequado de recursos orçamentários”, afirma a empresa pública.

A estatal declarou que colabora com a PF e submeterá todos os contratos com a Construservice a auditoria interna.

A Codevasf foi turbinada no governo Bolsonaro por bilhões de reais em emendas parlamentares e mudou sua vocação histórica de promover projetos de irrigação no semiárido para se transformar em uma estatal entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas.

De 2018 a 2021, o valor empenhado (reservado no orçamento para pagamentos) pela estatal avançou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões, a reboque das emendas parlamentares, que saltaram de R\$ 302 milhões para R\$ 2,1 bilhões no mesmo período.

Todos os contratos da Construservice com o governo federal foram firmados após 2019, ou seja, no governo Bolsonaro. A empresa também só recebeu recursos federais na atual gestão, segundo dados do Portal da Transparência.

As duas pessoas registradas oficialmente como donas da empresa são as mesmas que, em 2015, foram ouvidas em uma investigação policial e admitiram que foram chamadas para constar formalmente como sócias na construtora, embora não mantivessem

nenhuma ligação pessoal ou empresarial entre elas.

Segundo apurações da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, Costa é suspeito de comandar uma quadrilha responsável por crimes em mais de 40 municípios, pelo menos de 2009 a 2012, entre eles desvios de recursos do Ministério da Educação.

Costa é réu em ações nas Justiças Estadual e Federal que tratam dos supostos desvios e atos de corrupção e chegou a ser preso nas ações policiais relacionadas a esses casos, mas respondia em liberdade.

Ele não aparece nos registros da Construservice. Mas em pelo menos uma ação trabalhista a Justiça do Maranhão o reconhece como sócio de fato da construtora.

A operação desta quarta-feira foi batizada de Odoacro e apura, segundo a PF, a existência de um “engenhoso esquema de lavagem de dinheiro, perpetrado a partir do desvio do dinheiro público proveniente de procedimentos licitatórios fraudados.”

A PF afirma que o esquema, que se valia de pessoas interpostas e empresas de fachada, cresceu exponencialmen-

te após 2015, quando a polícia maranhense já havia investigado uma associação criminosa na cidade de Dom Pedro.

O líder apontado pela PF colocava empresas em nome de terceiros e utilizava contas bancárias em nome de CPFs falsos para dificultar a atuação dos órgãos fiscalizadores. O nome Odoacro faz referência a sobrenome do soldado italiano que capitaneou uma revolta que colocou fim ao Império Romano.



## Entenda

### O que é a Codevasf?

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba é uma estatal criada para promover projetos de irrigação no semiárido, mas tem sido usada como entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas

### Quanto ela recebe de verba?

De 2018 a 2021, o valor empenhado pela estatal avançou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões, a reboque das emendas parlamentares. Apesar desse novo patamar de recursos, as obras da companhia têm uma realidade de execuções precárias, como mostrou a **Folha**

### Há controle?

Relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) divulgado neste ano aponta que a Codevasf não tem informações prévias sobre as necessidades de pavimentação e de entregas de máquinas. Os auditores da CGU também afirmam que a Codevasf geriu cerca de R\$ 4 bilhões em 2020 e 2021 apenas neste tipo de entrega sem controle rígido

### Quem a comanda?

A estatal é comandada pelo engenheiro Marcelo Andrade, um indicado do DEM, atual União Brasil. A maior parte do valor das emendas destinadas à estatal é do tipo "RP9", as emendas de relator. A verba é usada para irrigar redutos eleitorais e está no centro das suspeitas de corrupção do governo.

### O que aponta a CGU?

O relatório da CGU se debruça, entre outros temas, na explosão de contratos de pavimentação e de compras de maquinários puxados pelas emendas. Os auditores apontam que o Ministério do Desenvolvimento Regional não indica ao Congresso "as prioridades para investimentos" e que a Codevasf "se posiciona somente como executora das contratações"

### O que diz a Codevasf?

A estatal afirma que tem sólida estrutura de governança e que atua em "permanente cooperação com órgãos de fiscalização e controle, para contínuo aperfeiçoamento de procedimentos." Também disse que as nomeações aos cargos observam requisitos previstos em lei

# Sócio oculto preso pela Polícia Federal teve reunião oficial com a Codevasf

Eduardo Costa representou a empreiteira Construservice em agenda com presidente da estatal

Mateus Vargas e  
Flávio Ferreira

BRASÍLIA E SÃO PAULO Preso em operação da Polícia Federal nesta quarta-feira (20), o empresário Eduardo José Barros Costa representou a Construservice, empreiteira da qual é sócio oculto, em reunião oficial com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira.

O empresário conhecido como “Eduardo Imperador” ou “Eduardo DP” é alvo de investigação sobre supostas fraudes em licitações feitas com o uso de empresas de fachada e sócios laranjas.

Na agenda oficial de Moreira, há registro de uma audiência com “Eduardo Costa - Empresa Construservice”. Esse encontro ocorreu na sede da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) em 16 de dezembro de 2020.

Turbinada por bilhões de reais em emendas parlamentares, a Codevasf é uma estatal federal entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao controle do centrão em troca de apoio político.

Procurada pela *Folha*, a defesa de Eduardo Costa diz que a prisão dele é ilegal. A Construservice não se manifestou.

Segundo representantes da estatal ouvidos em junho, o nome citado na agenda oficial é o do sócio oculto da empreiteira, preso nesta quarta-feira pela PF.

Em maio, a Codevasf não quis confirmar à *Folha* quem seriam os participantes do encontro e afirmou apenas que

esse tipo de conversa trata de “temas de interesse institucional e de projetos”.

No mês seguinte, via Lei de Acesso à Informação, a companhia também não informou quem esteve com Moreira e afirmou que as catracas da estatal “estão obsoletas” e não guardam adequadamente os registros de entrada e saída.

A empresa é vice-líder em licitações na Codevasf e se valeu de laranjas para participar de concorrências públicas na gestão do presidente Bolsonaro, como mostrou a *Folha*.

Depois dos questionamentos da reportagem em maio, a Codevasf passou a avaliar se os supostos representantes das empresas que pedem reuniões na estatal também constam no quadro societário ou em documentos oficiais, dizem integrantes da companhia.

A ideia é evitar novos encontros com sócios ocultos.

Costa não aparece nos registros da Construservice. Mas em pelo menos uma ação trabalhista a Justiça do Maranhão o reconhece como sócio de fato da construtora.

A operação desta quarta-feira foi batizada de Odoacro e apura, segundo a PF, a existência de um “engenhoso esquema de lavagem de dinheiro, perpetrado a partir do desvio do dinheiro público proveniente de procedimentos licitatórios fraudados.”

A polícia afirma que o esquema criminoso, que se valia de pessoas interpostas e empresas de fachada, cresceu exponencialmente após 2015, quando a Polícia Civil maranhense já havia investigado uma associação criminosa na cidade de Dom Pedro.

“Descobriu-se que são constituídas pessoas jurídicas de fachada, pertencentes formalmente a pessoas interpostas, e faticamente ao líder dessa associação criminosa, para competir entre si, com o fim de sempre se sagrar vencedora das licitações a empresa principal do grupo, a qual possui vultosos contratos com a Codevasf”, diz a Polícia Federal.

Todos os contratos da Construservice com o governo federal foram firmados após 2019, ou seja, no governo Bolsonaro. A empresa também só recebeu recursos federais na atual gestão, segundo dados do Portal da Transparência.

Desde 2019, o governo já reservou para a empreiteira ao menos R\$ 160 milhões, tendo desembolsado R\$ 14 milhões disso até agora.

As duas pessoas registradas oficialmente como donas da empresa são as mesmas que, em 2015, foram ouvidas em uma investigação policial e admitiram que foram chamadas para constar formalmente como sócias na construtora, embora não mantivessem nenhuma ligação pessoal ou empresarial entre elas.

Segundo apurações da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, Costa é suspeito de comandar uma quadrilha responsável por crimes em mais de 40 municípios do estado, pelo menos de 2009 a 2012, entre eles desvios de recursos federais do Ministério da Educação.

Costa é réu em ações nas Justiças Estadual e Federal que tratam dos supostos desvios e atos de corrupção e chegou a ser preso nas ações policiais relacionadas a esses casos.

Segundo a PF, o “líder” do grupo alvo da ação desta quarta-feira colocava empresas em nome de terceiros e utilizava contas bancárias em nome de CPFs falsos para dificultar a atuação dos órgãos fiscalizadores.

O nome Odoacro faz referência a sobrenome do soldado italiano que capitaneou uma revolta que colocou fim ao Império Romano.

A Polícia Federal cumpriu nesta quarta-feira 16 mandados de busca e um de prisão durante a operação. Agentes já apreenderam cerca de R\$ 1,3 milhão em dinheiro nas buscas, além de itens luxuosos, como relógios importados.

A defesa de Eduardo Costa afirma que a prisão dele é ilegal e desnecessária.

Segundo os advogados, “tudo o que há nos autos do inquérito policial em curso é fruto apenas do início da investigação e da visão unilateral da Polícia e do Ministério Público sobre os fatos” e que Costa “nunca sequer foi notificado para falar, apresentar documentos e/ou quaisquer outras manifestações defensivas”.

“A partir de agora, [Costa] colabora com a investigação — que corre em segredo de justiça — esperando ter a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos, com os quais demonstrará sua inocência”, completa a defesa.



Policiais federais em frente a superintendência regional da Codevasf no Maranhão Divulgação Polícia Federal

## ACESSO À JUSTIÇA

# Inscrições do curso 'Juizado da Cidadania' se encerram sexta-feira, 22

Serão encerradas na sexta-feira, 22, às 18h, as inscrições para o curso de formação "Juizado da Cidadania", que tem como público-alvo estagiários aprovados no processo seletivo realizado em 2021, para os Núcleos de Cidadania de Direito.

O objetivo geral do curso é preparar o futuro profissional do Direito para os desafios do mercado de trabalho, capacitando o aluno para compreender as necessidades das partes e oferecer uma diversidade de mecanismos de solução de controvérsias.

Estão sendo oferecidas 14 vagas aos estudantes do curso de Direito que vão atuar nos Núcleos de Cidadania nos Juizados Especiais e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Maranhão.

As aulas serão ministradas pelo juiz de direito Alexandre Lopes Abreu, instrutor credenciado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados-ENFAM e pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM. A frequência será presencial, nos dias 27, 28 e 29 de julho, das 14h às 18h, com carga horária total de 12 horas, no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, na



Rua do Egito.  
**INSCRIÇÕES**

As inscrições serão feitas exclusivamente, pela internet, por meio de formulário eletrônico disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQL-SfAD13z1fqk59U015\\_TRsl-QPMSwZr-BIdE9YF4Y-juVKJZiyQ/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQL-SfAD13z1fqk59U015_TRsl-QPMSwZr-BIdE9YF4Y-juVKJZiyQ/viewform?usp=sf_link)

Mais informações poderão ser obtidas na Divisão de Se-

leção e Movimentação, junto à secretaria Comissão de Concurso ((98) 3261-6132).

**HABILIDADES DO PROFISSIONAL DE DIREITO**

O curso abordará as novas exigências de habilidades do profissional do Direito, que recomendam uma estrutura de trabalho dividida em três momentos: atendimento e orientação; apoio para resolução consensual e advocacia colaborativa e estruturada,

para uma solução judicial do conflito.

Segundo concepção do professor Kazuo Watanabe, o acesso à justiça, como o direito de acesso à ordem jurídica justa, deve possibilitar aos cidadãos "o acesso à informação; ao mecanismo adequado de solução; aos instrumentos de reconhecimento de direitos e de desobstrução de recebimento dos direitos reconhecidos".

## **TJMA recebe a visita da Ouvidora da Mulher do CNJ, Tânia Reckziegel**

Com o objetivo de discutir a orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a criação das ouvidorias da Mulher e ações relacionadas à prevenção e ao combate à violência contra a mulher nos tribunais brasileiros, a ouvidora da Mulher do CNJ, desembargadora Tânia Reckziegel, participou de reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, acompanhado do presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), desembargador Cleones Carvalho Cunha, nesta quarta-feira (20/7).

Na reunião, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, destacou o trabalho desenvolvido pela Cemulher, ao oferecer um conjunto de ferramentas para o combate à violência doméstica e familiar através da articulação com a Rede de Enfrentamento à violência contra as Mulheres.

Paulo Velten mencionou a nova resolução, votada por unanimidade, na sessão plenária desta quarta-feira (20/7), que aplica exigências para magistrados e magistradas para participação em cursos que tratem da violência de gênero, ressaltando a importância de se fomentar uma política de capacitação permanente da magistratura sobre o tema.

A resolução (que ainda será publicada) determinará que "não será atribuída nota máxima ao juiz ou juíza que tenha em sua vara a competência prevista na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou que estejam inscritos para promoção ou remoção para varas com essa competência e que não comprove, o mínimo de vinte horas, por ano, referentes a formação continuada, capacitação ou seminário acerca da temática de gênero, oferecidos pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão e/ou Coordenadoria Estadual da Mulher".

Sobre a nova resolução, o desembargador Cleones Carvalho Cunha afirmou que a exigência "é fundamental para o exercício da jurisdição das magistradas e magistrados no Maranhão". Ele afirmou, ainda, que a criação da Ouvidoria da Mulher "é um projeto que logo será de fato uma realidade".

A desembargadora Tânia Reckziegel, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, falou de sua satisfação em poder constatar o comprometimento da administração com essa temática, que atinge a toda a população indistintamente, independente de classes sociais, que é a violência contra a mulher. "O Tribunal de Justiça do Maranhão está de parabéns pela sua coordenadoria, pelo trabalho executado pelos seus membros e estou muito feliz em saber que, muito em breve, será instalada também a Ouvidoria da Mulher aqui no Tribunal", finalizou.

# OAB/MA discute falta de pagamento dos credores públicos

Divulgação/OAB

Com o objetivo de unir esforços para buscar a diminuição das dívidas judiciais públicas, o presidente da OAB Maranhão, Kaio Saraiva, reuniu-se com representantes da Associação dos Credores de Precatórios no Estado do Maranhão (ACPEMA).

“Esse encontro representa um reforço do diálogo que a OAB/MA deve ter com outras instituições. Estamos disponíveis para ouvir as reivindicações e intermediar soluções”, afirmou o presidente da OAB/MA, Kaio Saraiva.

Durante a reunião, foi abordado o atraso considerável do Governo do Estado em relação ao repasse dos valores referentes aos pagamentos dos precatórios.

O representante da diretoria da ACPEMA, Pedro Duailibe, falou sobre o objetivo do encontro. “Nós viemos à Ordem Maranhense para relatar que o Estado não vem cumprindo os planos de pagamento de precatórios. Nesse ano, tem havido um atraso significativo no repasse para o Tribunal efetuar o pagamento e satisfazer os credores que estão há 10 anos aguardando na fila”, diz Pedro Duailibe.

Marconi Chaves Lima, diretor da ACPEMA, também fez uma avaliação positiva da reunião. “Queremos unir esforços entre a OAB/MA, que representa a advocacia e a sociedade, com os membros da Associação dos Credores do Maranhão e entidades de



classe, para que o judiciário possibilite o direito dos credores de receberem seus pagamentos”, destacou.

Também participaram da reunião: o conselheiro seccional e coordenador das Comissões da OAB/MA, Danilo da

Canhota; o presidente da Comissão de Precatórios, Alfredo Duailibe; representantes da diretoria da ACPEMA, Marconi Chaves Lima, Pedro Duailibe e o advogado e membro da ACPEMA, Italo Azevedo. **(Fonte: OAB-MA)**

## Tribunal de Justiça apresenta equipamentos adquiridos para a segurança do TJMA

Durante reunião do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI), realizada nessa terça-feira (19/7), no auditório do Centro Administrativo, foram apresentados ao presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, itens de segurança que serão utilizados pelos policiais que atuam na Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSIGM).

A aquisição dos equipamentos foi realizada pela Corte de Justiça do Maranhão com recursos do Fundo Especial de Segurança (Funseg), cumprindo o rol de medidas direcionadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 435/2021.

A ação integrada, ainda, meta estratégica da Diretoria de Segurança Institucional, relacionada à padroniza-

ção e uniformização de equipamentos e da identidade visual dos agentes de segurança institucional do TJMA.

Os membros da Comissão, presidida pelo desembargador José de Ribamar Castro, destacaram a importância da aquisição dos itens de segurança na presença de oficiais supervisores de segurança da DSIGM. Dentre os itens adquiridos estão: cinto de guarnição completo, braçal de identificação e uniforme tático.

“Esses equipamentos de segurança institucional do Poder Judiciário serão trabalhados pelos agentes de segurança nos Fóruns da capital e do interior, no âmbito do 1º Grau, bem como no TJMA, no 2º Grau. O objetivo é garantir uma maior segurança para os juízes e juízas, desembargadoras e desembargadores, servidores e servidoras no dia a dia de trabalho. Essa apresentação ao

presidente do TJMA objetiva conferir a devida transparência das ações e dar conhecimento da nossa atuação. Após, iremos partir para as providências de distribuição”, destacou o presidente da CPSI, desembargador José de Ribamar Castro,

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, agradeceu e parabenizou a dedicação e o empenho de todos os agentes de segurança institucional do Poder Judiciário, enfatizando que as ações de segurança permitem confiabilidade e dão conforto para a atuação jurisdicional, com uma equipe de profissionais equipada e preparada, que trabalha com entusiasmo, acima de tudo.

“Parabenizo a Comissão, o Gabinete de Segurança Institucional e todo mundo que integra o sistema de segurança do TJMA. Quero dizer que vamos seguir fazendo os investimentos necessários para que

possam trabalhar com condições e equipamentos necessários para dar aquilo que precisamos no nosso trabalho, que é a tranquilidade. A tranquilidade do magistrado e da magistrada de poder trabalhar só é possível de ser viabilizada com a segurança que vocês proporcionam”, disse o desembargador Paulo Velten.

O momento teve a participação dos membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional, dentre eles os juízes auxiliares da presidência, José Nilo Ribeiro Filho e Anderson Sobral Azevedo; o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Gladiston Luís Nascimento Cutrim; o diretor de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça, coronel PMMA Alexandre Magno de Souza Nunes e a coordenadora de segurança institucional, coronel PMMA Claridelma Brasil Barros Mesquita. *(Agência TJMA de Notícias)*

Divulgação: Ribamar Pinheiro



***A aquisição dos equipamentos está em consonância com o rol de medidas direcionadas pelo CNJ a todos os tribunais***

# POLÍCIA FEDERAL DESARTICULA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA RESPONSÁVEL POR FRAUDE EM LICITAÇÃO



A sede da Codevasf, em São Luís, foi alvo ontem de operação deflagrada pela Polícia Federal

A Polícia Federal desarticulou, na manhã dessa quarta-feira (20), uma associação criminosa responsável por fraudes licitatórias. Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária, que teve como alvo o empresário Eduardo José Barros Costa, o “Eduardo DP”, também conhecido como “Imperador”. A operação foi denominada de Odoacro, e foi deflagrada em São Luís, Dom Pedro, Codó, Santo Antônio dos Lopes e Barreirinhas.

PÁG.3 E 5

# Empreiteira sob investigação da PF é vice-líder em licitações no governo federal

A Polícia Federal cumpriu nesta quarta-feira (20) 16 mandados de busca e um de prisão em uma investigação que mira fraudes em licitações e desvios de verbas federais na estatal Codevasf. A ação foi realizada em diferentes cidades do Maranhão. Um dos presos é o empresário maranhense Eduardo José Barros Costa, mais conhecido como 'Eduardo DP'. "A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) é uma estatal federal entregue por Bolsonaro ao controle do Centrão em troca de apoio político", publicou o Jornal de Brasília. Um dos alvos da operação é a empresa Construservice. Em ampla reportagem, em maio deste ano, o jornal Folha de São Paulo mostrou que a Construservice é vice-líder em licitações na Codevasf, e que se valeu de 'laranjas' para participar de concorrências públicas na gestão do presidente Jair Bolsonaro. "Desde 2019, o governo já reservou a ela ao menos R\$ 140 milhões, tendo desembolsado R\$ 10 milhões disso até agora", reforçou o matutino, em sua versão online.

Como mostrou a Folha, a Codevasf foi turbinada no governo Bolsonaro por bilhões de reais em emendas parlamentares e mudou sua vocação histórica de promover projetos de irrigação no semiárido para se transformar em uma estatal entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas. De 2018 a 2021, o valor empenhado (reservado no orçamento para pagamentos) pela estatal avançou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões, a reboque das emendas parlamentares, que saltaram de



A Codevasf está sob a mira da Polícia Federal, que realiza investigação sobre desvios de verbas federais

R\$ 302 milhões para R\$ 2,1 bilhões no mesmo período. 'Eduardo DP', também conhecido como 'Eduardo Imperador', é sócio oculto da Construservice. Todos os contratos da empreiteira com o governo federal foram firmados após 2019. A empresa que tem o maranhense como sócio oculto também só recebeu recursos federais na atual gestão, segundo dados do Portal da Transparência. As duas pessoas registradas oficialmente como donas da empresa são as mesmas que, em 2015, foram ouvidas em uma investigação policial e admitiram que foram chamadas para constar formalmente como sócias na construtora, embora não mantivessem nenhuma ligação pessoal ou empresarial entre elas. Segundo apurações da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, 'Eduardo DP' é suspeito de comandar uma quadrilha responsável

por crimes em mais de 40 municípios do estado, pelo menos de 2009 a 2012, entre eles desvios de recursos federais do Ministério da Educação. 'Eduardo DP' é réu em ações nas Justiças Estadual e Federal que tratam dos supostos desvios e atos de corrupção, e chegou a ser preso nas ações policiais relacionadas a esses casos. Ele não aparece nos registros da Construservice. Mas em pelo menos uma ação trabalhista a Justiça do Maranhão o reconhece como sócio de fato da construtora. A operação dessa quarta-feira foi batizada de Odoacro e apura, segundo a PF, a existência de um "engenhoso esquema de lavagem de dinheiro, perpetrado a partir do desvio do dinheiro público proveniente de procedimentos licitatórios fraudados". A PF afirma que o esquema criminoso, que se valia de pessoas interpostas e empresas de fachada,

cresceu exponencialmente após 2015, quando a Polícia Civil maranhense já havia investigado uma associação criminosa na cidade de Dom Pedro. "Descobriu-se que são constituídas pessoas jurídicas de fachada, pertencentes formalmente a pessoas interpostas, e faticamente ao líder dessa associação criminosa, para competir entre si, com o fim de sempre se sagrar vencedora das licitações a empresa principal do grupo, a qual possui vultosos contratos com a Codevasf", diz a Polícia Federal. O líder apontado pela PF colocava empresas em nome de terceiros e utilizava contas bancárias em nome de CPFs falsos para dificultar a atuação dos órgãos fiscalizadores. O nome Odoacro faz referência a sobrenome do soldado italiano que capitaneou uma revolta que colocou fim ao Império Romano. (COM JORNAL DE BRASÍLIA)

## Defesa de 'Eduardo DP' emite nota à imprensa

Em nota encaminhada à imprensa, a defesa do empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP, afirma que a prisão do seu cliente é ilegal e desnecessária. Eis a íntegra da nota:

“A defesa de Eduardo José Barros Costa entende, com base no ordenamento jurídico pátrio, ilegal e desnecessária a prisão temporária de seu constituinte.

Informa que tudo o que há nos autos do inquérito policial em curso é fruto apenas do início da investigação e da visão unilateral da Polícia e do Ministério Público sobre os fatos; que ele nunca sequer foi notificado para falar, apresentar documentos

e/ou quaisquer outras manifestações defensivas; que, a partir de agora, colabora com a investigação - que corre em segredo de justiça - esperando ter a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos, com os quais demonstrará sua inocência. Inocência, aliás, que deve ser presumida por força de expressa disposição constitucional!

Concisa, por fim, a que se tenha muita responsabilidade na divulgação de fatos, alegadamente graves e sigilosos, evitando prejulgamentos (conjecturas ou suposições) baseados em informações incompletas ou unilaterais, que poderão, inclusive, ensejar futuras demandas reparatórias.

# Polícia Federal desarticula associação criminosa responsável por fraude em licitação

*Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão, além de um mandado de prisão temporária, tendo como alvo o empresário Eduardo José Barros Costa, o “Eduardo DP”, também conhecido como “Imperador”*

FOTOS: DIVULGAÇÃO

LUCIENE VIEIRA

Na manhã dessa quarta-feira (20), a Polícia Federal desarticulou uma associação criminosa responsável por fraudes licitatórias. Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária, que teve como alvo o empresário Eduardo José Barros Costa, o “Eduardo DP”, também conhecido como “Imperador”. A operação foi denominada de Odoacro, e foi deflagrada em São Luís, Dom Pedro, Codó, Santo Antônio dos Lopes e Barreirinhas.

De acordo com a Polícia Federal, a associação criminosa também realizava desvios de recursos públicos e lavagem de dinheiro, envolvendo verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

A investigação constatou a existência de um engenhoso esquema de lavagem de dinheiro, perpetrado a partir do desvio do dinheiro público proveniente de procedimentos licitatórios fraudulentos.

As diligências apontaram para a utilização do mesmo modus operandi, inclusive com as mesmas pessoas interpostas e empresas de fachada, de condutas realizadas em 2015, quando a Polícia Civil conseguiu identificar uma associação criminosa instituída para desviar recursos públicos em Dom Pedro.

Após a referida operação policial, segundo a PF, o esquema criminoso não recuou, ao contrário, teria crescido exponencialmente nos anos posteriores, alterando, apenas, a origem da verba desviada, que passou a ser federal. Descobriu-se que são constituídas empresas de fachada, pertencentes formalmente a pessoas interpostas e ao líder da associação criminosa. A Polícia Federal informou que as empresas de fachada



A sede da Codevasf, em São Luís, foi alvo da operação deflagrada pela Polícia Federal nessa quarta-feira (20)



Durante a ação policial, foi apreendida uma grande quantidade de dinheiro, em espécie

disputavam entre si. Com a finalidade de sempre se sagrar vencedora das licitações, a empresa principal do grupo, tinha vultosos contratos com a Codevasf. O líder desse grupo criminoso, que seria o empresário Eduardo DP, além de colocar as suas empresas e bens em nome de terceiros, ainda possui contas

bancárias vinculadas a CPFs falsos, utilizando-se desse instrumento para perpetrar fraudes e dificultar a atuação dos órgãos de controle. Ao todo, 80 policiais federais cumpriram as determinações judiciais expedidas pelo 1ª Vara Federal de São Luís, que decorreram de uma representação elaborada pela Polícia Federal. Se confirmadas as suspeitas,

os investigados poderão responder por fraude à licitação, lavagem de capitais e associação criminosa. Somadas, as penas podem chegar a 16 anos de prisão. A Polícia Federal informou que a operação se chamou “Odoacro” por fazer referência ao sobrenome do soldado italiano, que capitaneou uma revolta que colocou fim ao Império Romano.



Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

# CONTEXTO



## Em destaque

\*\*\*Em solenidade realizada na tarde dessa segunda-feira (18), o Poder Judiciário do Maranhão e o Poder Executivo assinaram duas Resoluções voltadas à melhoria do sistema socioeducativo do Maranhão. A formalização da parceria teve a participação do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten; da secretária-adjunta de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Lissandra Leite, representando a secretária estadual Amanda Costa; do coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) juiz Luis Geraldo Sant'ana Lanfredi; do coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), desembargador Ronaldo Maciel; do corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, e outras autoridades.

